

1. A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar do Sistema Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pelo princípio da legalidade somente a Constituição Federal pode criar e majorar tributos;
- II. Pelo princípio da legalidade tributária só lei em sentido estrito pode criar tributo novo;
- III. A lei complementar só de forma excepcional é utilizada para criar tributos;
- IV. IV. A iniciativa da lei tributária, sempre privativa, é reflexo do princípio da legalidade.

Assinale:

- a. se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b. se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.**
- c. se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d. se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- e. se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

2. Marque a opção **incorreta**:

- a. As convenções e contratos particulares não interferem na definição da responsabilidade tributária.
- b. O crédito tributário se constitui pela ocorrência do fato gerador, e o lançamento atesta sua extinção**
- c. A Medida Provisória pode dispor sobre matéria tributária, exceto a que for reservada à lei complementar.
- d. As normas da legalidade e da anterioridade tributárias constituem cláusulas pétreas que não podem ser retiradas do ordenamento jurídico nem mesmo por emenda constitucional.
- e. Uma elevação da alíquota do IOF pode ser exigida no dia seguinte à publicação do decreto que promover o referido aumento.

3. Suponha que determinada Medida Provisória editada pela Presidenta da República, em 29/09/2012, estabeleça, entre outras providências, o aumento para as diversas faixas. Nesse caso, com base no sistema tributário nacional, tal Medida Provisória:

- a. não violaria o princípio da legalidade e produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.
- b. não violaria o princípio da legalidade e só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua conversão em lei.**
- c. não violaria o princípio da legalidade e produzirá efeitos a partir de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua publicação.

d. violaria o princípio da legalidade, por ser incompatível com o processo legislativo previsto na Constituição Federal/88.

4. Em procedimento de fiscalização, a Secretaria da Receita Federal do Brasil identificou lucro não declarado por três sociedades empresárias, que o obtiveram em conluio, fruto do tráfico de entorpecentes. Sobre a hipótese sugerida, assinale a afirmativa **correta**:

**a. O imposto sobre a renda é devido face ao princípio da interpretação objetiva do fato gerador, também conhecido como o princípio do *pecunia non olet*.**

b. Não caberá tributo, uma vez que tributo não é sanção de ato ilícito.

c. Não caberá tributação e, sim, confisco da respectiva renda.

d. Caberá aplicação de multa fiscal pela não declaração de lucro, ficando afastada a incidência do tributo, sem prejuízo da punição na esfera penal.

5. Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base nas normas gerais de direito tributário. Assinale a opção em que a assertiva está **correta**:

a. Determinado município da Federação, por intermédio do Poder Executivo, expediu ato para a atualização do valor monetário da base de cálculo do ISS. Nessa situação, com base na legislação aplicável, é possível concluir que a referida atualização deveria ter sido feita por lei em sentido estrito, sendo, portanto, inválida, na forma como foi procedida, a referida atualização monetária.

b. Em maio de 2008, a Secretaria da Receita Federal do Brasil expediu instrução normativa dispondo sobre normas gerais de arrecadação de contribuições sociais de sua competência. Nessa situação, inexistindo disposição em contrário, a referida instrução normativa deve entrar em vigor 30 dias após a sua publicação.

**c. Em 15 de dezembro de 2007, foi publicada lei estadual fixando a base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Nessa situação, a referida lei, em respeito ao princípio da anterioridade tributária, passou a incidir eficazmente sobre fatos geradores ocorridos a partir de 1.º de janeiro de 2008.**

d. A pessoa jurídica Alfa foi autuada pela autoridade competente, em virtude de não ter satisfeito determinadas obrigações acessórias na importação de bens de capital. Irresignada, Alfa apresentou defesa escrita, pugnando pela revogação do auto de infração. Antes do julgamento pelo órgão competente, foi publicada lei que tornou desnecessária a referida obrigação acessória, nos procedimentos de importação de bens de capital. Nessa situação, confirmada a existência do fundamento legal da obrigação acessória, independentemente de sua posterior revogação, o auto de infração deve ser considerado válido, não sendo aplicável ao caso a lei posterior.

6. O Município X publica, em 26 de setembro de 2014, Decreto prevendo que, a partir de janeiro do ano subsequente, a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) seria reajustada na mesma proporção da inflação do período, sendo ademais majorada em um ponto percentual a alíquota do tributo. Determinado contribuinte questiona o Decreto em tela, alegando que o mesmo vulnera o princípio da legalidade e da anterioridade. A alegação do contribuinte:

a. está integralmente correta.

b. está correta em relação ao argumento da ilegalidade, mas incorreta em relação ao argumento da anterioridade.

c. está correta em relação ao argumento da anterioridade, mas incorreta em relação ao argumento da ilegalidade.

**d. está correta em relação ao argumento da ilegalidade no que tange à majoração de alíquota, mas incorreta em relação aos argumentos da anterioridade e da ilegalidade atinente ao reajuste da base de cálculo.**

e. está integralmente incorreta.

7. Sujeita-se ao princípio da anterioridade nonagesimal, mas é exceção aos princípios da anterioridade anual e da legalidade o imposto:

a. sobre operações de câmbio.

b. de importação.

**c. sobre produtos industrializados.**

d. de exportação.

e. sobre circulação de mercadorias.

8. Sobre o Sistema Tributário Nacional, é **incorreta** a assertiva:

a. As limitações constitucionais ao poder de tributar devem ser reguladas por meio de lei complementar.

**b. Ofende o princípio da legalidade a atualização monetária da base de cálculo do tributo por meio de decreto.**

c. É defeso ao Estado e ao Distrito Federal a instituição de contribuição de intervenção no domínio econômico.

d. Os Municípios e o Distrito Federal não podem instituir taxa para remunerar o serviço de iluminação pública.

9. O princípio da anterioridade nonagesimal **não** se aplica:

a. ao Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza; ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana; ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e ao Imposto de Transmissão causa mortis e por doação de quaisquer bens e direitos.

b. ao Imposto de Importação de Produtos Estrangeiros; ao Imposto Territorial Rural e ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e relativos a títulos ou valores mobiliários.

c. ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana; ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e relativos a títulos ou valores mobiliários; ao Imposto Territorial Rural e ao Imposto sobre Grandes Fortunas.

**d. aos empréstimos compulsórios para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; ao Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros; ao Imposto sobre a Exportação; ao Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza; ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e relativos a títulos ou valores mobiliários.**

e. ao Imposto Territorial Rural; ao Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros; ao Imposto sobre a Exportação e ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

10. A lei que instituir ou modificar as contribuições sociais, cuja finalidade seja o custeio da Seguridade Social (previdenciárias), entrará em vigor:

**a. em 90 dias contados da publicação.**

b. em 45 dias contados da publicação, sendo a lei omissa quanto a cláusula de vigência.

c. no exercício seguinte ao que ocorra sua publicação, em atendimento ao princípio constitucional da anterioridade tributária.

d. no exercício seguinte ao de sua publicação, respeitado o lapso temporal de 90 dias antes do término do exercício.

e. em 45 dias contados de sua publicação por determinação constitucional.

11. No exercício de 1995, um contribuinte deixou de recolher determinado tributo. Na ocasião, a lei impunha a multa moratória de 30% do valor do débito. Em 1997, houve alteração legislativa, que reduziu a multa moratória para 20%. O contribuinte recebeu, em 1998, notificação para pagamento do débito, acrescido da multa moratória de 30%. A exigência está:

a. correta, pois aplica-se a lei vigente à época de ocorrência do fato gerador.

b. errada, pois a aplicação retroativa da lei é regra geral no direito tributário.

**c. errada, pois aplica-se retroativamente a lei que defina penalidade menos severa ao contribuinte**

d. correta, pois o princípio da irretroatividade veda a aplicação retroagente da lei tributária.

12. Com relação aos princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa correta\:

a. O princípio da não-cumulatividade, considerada a sistemática de créditos e débitos que lhe é inerente, é aplicável aos impostos PIS, COFINS e ICMS.

**b. O princípio da irretroatividade tributária veda que os Entes Federativos cobrem tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.**

c. O princípio da liberdade de tráfego permite, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

d. O princípio da anterioridade tributária veda a cobrança de tributos no exercício financeiro seguinte em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

13. No dia 29/08/2012 o Estado do Rio Grande do Norte publica lei majorando a taxa para “Emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)” de 30,00 reais para 35,00 reais. No último artigo do texto legal fica estabelecido que a lei “entra em vigor na data de sua publicação”. A Fazenda Estadual, com base no que determina a lei, inicia a cobrança a partir de 29/08/2012. Segundo o atualmente previsto na Constituição e no CTN, a cobrança da Fazenda do Rio Grande do Norte está:

a. Equivocada em virtude do princípio da anterioridade nonagesimal, bastando que a referida cobrança fosse realizada após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que a instituiu.

b. Equivocada, vez que tais recursos não foram contemplados no orçamento fiscal do período.

**c. Equivocada, vez que a anterioridade normal e nonagesimal não foram observadas.**

d. Correta, vez que o princípio da anterioridade não é aplicável às taxas.

14. As afirmações abaixo referem-se às limitações dos entes federados no exercício da tributação:

I. os tributos somente poderão ser instituídos e majorados por lei em sentido amplo que respeite o princípio da anterioridade;

II. é proibido o tratamento desigual a contribuintes que se encontrem em situação equivalente;

III - as denominadas Contribuições Sociais não se caracterizam como tributos;

IV - é vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

Com base nessas afirmações, assinale a resposta correta:

a. as afirmações I e III estão incorretas;

- b. as afirmações I e III estão corretas;
- c. as afirmações III e IV estão incorretas;
- d. as afirmações I, II e IV estão corretas;**
- e. apenas a afirmação I está incorreta.

15. Em relação às medidas provisórias em matéria tributária, assinale a afirmativa correta.

a. Segundo a Constituição Federal de 1988 é vedado o uso de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos por violar o princípio da legalidade tributária.

**b. Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, como regra, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.**

c. É vedado o uso de medida provisória para instituir empréstimos compulsórios, imposto sobre grande fortuna e imposto de importação, por serem tributos reservados à lei complementar.

d. O STF pacificou o entendimento de que medida provisória tem força de lei; por isso, admite-se em qualquer hipótese o seu uso em matéria tributária para instituir ou majorar os tributos previstos na Constituição Federal.

e. Medida provisória não poderá instituir ou majorar o imposto de importação, exportação, IPI e IOF por serem tributos extrafiscais.

16. Quando a lei define uma situação de fato como hipótese de incidência, considera-se ocorrido o fato gerador.

- a. somente partir da data do lançamento
- b. na data fixada na lei.
- c. término do período de apuração.
- d. desde o momento da contratação ou do pagamento, o que ocorrer primeiro.

**e. desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza efeitos que lhe são próprios.**

17. Contribuinte do tributo é:

- a. o pai do menor, proprietário do imóvel
- b. o adquirente de mercadorias

- c. empresa que deve descontar, na fonte, o imposto de renda de seus assalariados.
- d. o locatário do imóvel.
- e. **pessoa que mantenha relação direta com o fato gerador do tributo.**

18. Fato Gerador da obrigação principal é:

- a. **a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.**
- b. pagar o tributo.
- c. qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou abstenção de ato que conduza a determinar a base de cálculo.
- d. apuração mensal do tributo
- e. escrituração dos débitos e dos créditos e a respectiva apuração do imposto.

19. Com relação aos princípios constitucionais tributários e aos tributos federais, estaduais e municipais, julgue o seguinte item:

Conforme o princípio da legalidade, o imposto de renda não pode incidir sobre fatos ilícitos, como, por exemplo, sobre a renda auferida por traficante de drogas após a venda de sua mercadoria.

- a. Verdadeiro
- b. **Falso**

20. Considere que o Estado do Mato Grosso tenha modificado a base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) no dia 22 de dezembro, tornando-o mais oneroso. Nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, acerca da legislação tributária:

A modificação da base de cálculo equipara-se à majoração do IPVA.

- a. **Verdadeiro**
- b. Falso

21. Em conformidade com a CF e o Código Tributário Nacional, julgue os próximos itens:

Considere que uma lei publicada em 1º de dezembro de 2007 eleve o IPI sobre determinado produto. Nessa situação hipotética, é permitido à União cobrar o novo valor do imposto a partir de 1º de janeiro de 2008.

- a. Verdadeiro
- b. **Falso**

22. Julgue os itens a seguir, acerca do Sistema Tributário Nacional, da competência tributária e dos tributos:

No caso de a União instituir empréstimo compulsório em razão de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, deverá ser observado o princípio da anterioridade tributária, e a aplicação dos recursos provenientes do referido tributo deverá estar vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

a. **Verdadeiro**

b. Falso